

Prefeitura de São Luís
Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento
Ata da 27ª Reunião Extraordinária do Conselho da Cidade de São Luís
Mandato 2017/2020 - ANO 2018

Local: São Luís, MA, Auditório da Escola de Governo - EGEM
Data: 15/08/2018 Horário: 14:30 h Quórum: qualificado

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONCID

Pauta: 27º Reunião Técnica para a leitura e votação das Atas da 21ª e 22ª reuniões e a continuação da discussão do Título referente à Política do Saneamento Ambiental

1 No dia quinze de agosto de dois mil e dezoito, às 15 horas e 05 minutos, no auditório da
2 Escola de Governo – **EGGEM**, realizou-se a vigésima sétima reunião técnica do
3 Conselho da Cidade de São Luís – **CONCID**, em obediência ao Termo de Ajustamento
4 de Conduta firmado entre a Prefeitura de São Luís e o Ministério Público Estadual.
5 Compareceram à reunião os conselheiros apresentados na lista em anexo. O Presidente
6 Gustavo Marques (SEMPE) deu início a reunião informando que a política de
7 saneamento ambiental iria ser discutida na reunião presente e passou a palavra para a
8 conselheira Érica Garreto (INCID) explicar a proposta da prefeitura para tal política. A
9 conselheira Érica Garreto (INCID) explanou que muitos dos artigos presentes na
10 proposta da prefeitura foram aproveitados e relocados do Plano Diretor vigente e,
11 semelhante ao que havia sido realizado na política de mobilidade, a prefeitura tinha a
12 proposta de dividir a política de saneamento em sistemas, os quais eram “sistema de
13 drenagem, sistema de abastecimento de água, sistema de esgotamento sanitário e
14 sistema de resíduos sólidos”. Simultaneamente, a conselheira Suely Gonçalves (STTIU-
15 MA) lembrou que houveram questionamentos a serem respondidos desde a reunião
16 passada, como a de “quem fazia a gestão da política de saneamento do município; onde
17 está, quem faz e si faz”. Em seguida, a conselheira Érica Garreto (INCID) respondeu que
18 o município tinha um Plano de Saneamento Ambiental e, pelo Plano de Saneamento a
19 SEMOSP- Secretaria de Obras e Serviços Públicos, é a secretaria que faz a gestão, no
20 entanto, a SEMOSP gerencia, mas não executa todas as ações. O abastecimento de
21 água e esgotamento sanitário é com a CAEMA, os resíduos sólidos como o Comitê
22 Gestor de Limpeza Pública, e drenagem com a SEMOSP. A conselheira Suely

23 Gonçalves (STTIU-MA) declarou que isso não respondia seu questionamento, pois,
24 dentro da gestão da política de saneamento, tem algumas questões como “fiscalização,
25 quem vai indicar quem para fazer a regulação dos serviços” e que esses
26 questionamentos deveriam estar claros. Alegou que, de acordo com a apresentação da
27 CAEMA, deu-se a entender que a mesma fazia o planejamento e execução, e logo, a
28 conselheira Suely Gonçalves (STTIU-MA) também questionou como iria se feita esta
29 correção, já que o planejamento deve ser de responsabilidade do titular de serviços.
30 Falou que a Política Municipal de Saneamento sofreu alterações executadas pelo
31 prefeito, onde o plano que era previsto nessa política devia ser aprovado pelo conselho,
32 passou a ser aprovado pelo próprio prefeito. Seguidamente, a conselheira Érica Garreto
33 (INCID) assegurou que a proposta que prefeitura apresentaria levou em consideração o
34 plano e as situações que a conselheira Suely Gonçalves (STTIU-MA) questionou. E no
35 momento, o que a prefeitura poderia fazer era uma proposta de texto de lei que
36 contemplasse as situações colocadas em pauta e a discussão dessa proposta. O
37 presidente Gustavo Marques (SEMPE) endossou as palavras da conselheira Érica
38 Garreto (INCID) e franqueou a palavra para aqueles que ainda quisessem se pronunciar.
39 Logo, a conselheira Ângela Maria (MDI) perguntou quem fez o texto da proposta da
40 prefeitura e a conselheira Érica Garreto (INCID) respondeu que foi um conjunto “INCID,
41 SEMOSP, SEMPE, e houve uma conversa com CAEMA”. De modo simultâneo, a
42 conselheira Ângela Maria (MDI) orou que na apresentação e fala da SEMOSP ficou claro
43 que a mesma se preocupa só com drenagem. Solicitou que fosse explicado “como iria
44 funcionar o sistema, quem é o seu gestor”. A conselheira Érica Garreto (INCID), então,
45 falou que para a política ser desenvolvida, ela conta com o Sistema Municipal de
46 Saneamento Ambiental, onde os órgãos e instituições vão tratar dos quatro eixos
47 “drenagem, resíduos sólidos, abastecimento de água, esgotamento sanitário”, sendo a
48 SEMOSP gestora. Concomitantemente, a conselheira Ângela Maria (MDI) falou então
49 que teria que se alterar a lei de criação da SEMOSP, já que a mesma diz que não tem
50 competência para tal. Perguntou também se isso já havia sido dialogado com o prefeito
51 ou o executivo. A conselheira Érica Garreto (INCID) declarou que acreditava já ter sido
52 dialogado. De modo simultâneo, o representante Ayres (SEMPE) colocou que dentro da
53 estrutura da SEMOSP existiam assessorias que são responsáveis por tratar de assuntos

54 do saneamento, não precisando ser alterado nada em sua estrutura. Seguidamente, a
55 conselheira Suely Gonçalves (STTIU-MA) falou que nas atribuições da SEMOSP não
56 consta fazer a gestão da Política Municipal de Saneamento, “se não consta isso nas
57 atribuições, então a mesma faz somente a gestão dos serviços, não da política.” No
58 entanto, afirmou que a discussão não era essa, e sim a de que, no Plano Diretor, a
59 SEMOSP é gestora, no entanto, na sua lei não está atribuído essa gestão; A conselheira
60 Suely Gonçalves (STTIU-MA) leu a lei de criação da SEMOSP. Junto a fala da
61 conselheira Suely Gonçalves (STTIU-MA), o conselheiro Horácio Antunes justificou as
62 ausências dos conselheiros Alberto Cantanhede (COFREM), Donatília de Fátima (ONG
63 Moradia e Cidadania), Élio de Jesus (APRUMA), Davi Sá (UNIÃO DE MORADORES DE
64 PROTEÇÃO DE JESUS DO CAJUEIRO) Clóvis Amorim da Silva (Mov. de Pescadores e
65 Pescadoras) e Benedito de Jesus Santos (Comitê em Defesa da Reconstrução do
66 Rio das Bicas e da bacia do Bacanga). Também informou de seu afastamento do
67 conselho e sua substituição por parte da professora Roberta Figueiredo (UFMA); a
68 mesma foi apresentada. O conselheiro Horácio Antunes (UFMA) informou também que o
69 ofício de sua substituição já estava sendo encaminhado e prestou solidariedade e
70 satisfação a todos os presentes, onde manifestou gratidão pelo trabalho e discussão no
71 conselho para a melhoria do município de São Luís. O presidente Gustavo Marques
72 (SEMPE) e a conselheira Suely Gonçalves (STTIU-MA) prestaram agradecimentos ao
73 conselheiro Horácio Antunes e suas contribuições para o Conselho da Cidade de São
74 Luís. Posteriormente, a conselheira Érica Garreto (INCID) deu início a leitura da
75 proposta da prefeitura para a Política de Saneamento Ambiental, conjuntamente, a
76 conselheira Suely Gonçalves interrompeu a conselheira Érica Garreto (INCID) para
77 solicitar que se fizesse primeiro a leitura da Política de Saneamento Ambiental do Plano
78 Diretor vigente. Atendendo à solicitação da conselheira Suely Gonçalves (STTIU-MA), a
79 conselheira Érica Garreto (INCID) iniciou a leitura e, logo em seguida, a conselheira
80 Suely Gonçalves (STTIU-MA) pautou que a Lei da Política Municipal de Saneamento é
81 anterior à Política Nacional de Saneamento Básico, precisando ser revista, e ratificou
82 suas falas anteriores, onde disse fazer necessário a revisão da Lei de Criação da
83 SEMOSP, para assim apontar de fato quem faz a gestão da Política Municipal de
84 Saneamento Ambiental, e dando ao conselho o poder de aprovar o Plano Municipal de

85 Saneamento. Enfatizou que “os vazios” precisavam ser preenchidos e esclarecidos, não
86 bastando somente “ajustar o texto”. Em seguida, o conselheiro José Marcelo (INCID)
87 perguntou se poderia fazer a leitura da proposta da prefeitura. A conselheira Suely
88 Gonçalves (STTIU-MA) ratificou novamente suas falas, informou a necessidade de
89 apresentar o Plano Municipal de Saneamento e propôs que houvesse a apresentação
90 da proposta da prefeitura, não haveria a votação e discussão, pois existia a necessidade
91 de responder e solucionar os questionamentos e problemáticas pautadas na reunião
92 presente. Posteriormente, a conselheira Wellintânia Freitas (SEMMAM) sugeriu que
93 houvesse a leitura da proposta da prefeitura e o encaminhamento da mesma para poder
94 iniciar a próxima reunião com a apresentação do Plano Municipal de Saneamento e
95 discussão do texto. Concomitantemente, a conselheira Ângela Maria (MDI) fez uma
96 contraproposta, a de não haver a leitura, alegando que haviam muitas dúvidas a serem
97 tiradas e ratificou a necessidade de conhecer o Plano Municipal de Saneamento. Após a
98 concordância de todos em ler o texto, a conselheira Érica Garreto (INCID) leu a proposta
99 da prefeitura e durante a leitura a conselheira Ângela Maria (MDI) perguntou o que eram
100 “assentamentos urbanos isolados”, no artigo 109. A conselheira Érica Garreto (INCID)
101 respondeu que são as comunidades que estão mais afastadas e, complementando, o
102 representante Ayres (SEMPE) respondeu que são localidades onde a rede de
103 distribuição de água ou esgoto não chegam. Deu como exemplo condomínios novos que
104 precisam fazer o sistema de tratamento de esgoto e sistema de abastecimento de água.
105 Simultaneamente, a conselheira Ângela Maria (MDI) perguntou quem fiscalizava esses
106 condomínios e seus sistemas. O representante Ayres (SEMPE) respondeu que era a
107 própria CAEMA. Seguidamente, o presidente Gustavo Marques (SEMPE) complementou
108 as palavras do representante Ayres (SEMPE), falou que tratava da absorção do projeto
109 por parte do sistema da CAEMA; caso contrário, há a entrega de responsabilidade para
110 a prefeitura de receber o sistema e de manter o mesmo. Dando continuidade, a palavra
111 foi franqueada ao conselheiro Horácio Antunes (UFMA), o mesmo abordou sobre a
112 aprovação da Lei de Zoneamento, na forma como está prevista no projeto de 2015,
113 onde se aprovada, alguns bairros teriam inviabilidade no sistema de saneamento, pois
114 os mesmos não comportariam o aumento do gabarito. Alegou assim, que a atenção tem
115 que ser redobrada e repassada ao texto do Plano Diretor. Em seguida, o conselheiro

116 José Diniz (MLMN) lembrou que a ilha não comporta mais poços e o conselheiro Horácio
117 Antunes (UFMA) complementou a fala do conselheiro José Diniz, afirmando a
118 observação realizada pelo mesmo e chamando atenção para uma questão, em que há a
119 outorga de uma água praticamente de qualidade mineral, na área de pedrinhas, para
120 “lavar bauxita”. Posteriormente, o conselheiro Josuel Silvestre (ACIB) citou o bairro do
121 Tamancão como exemplo de assentamento urbano isolado e pautou o processo
122 problemático do sistema de esgotamento, explicou que quando os condomínios
123 constroem sua própria “rede”, no caso uma ETE, a mesma é ligada ao sistema da
124 CAEMA que não tem condição de comportar todo esse resíduo, gerando uma pressão e
125 os esgotos “estourados”. Em seguida, a conselheira Ângela Maria (MDI) afirmou que se
126 estava trabalhando com uma política extremamente complexa, até mesmo porque
127 influenciará na lei de uso e ocupação do solo. Falou dos problemas encontrados no
128 conjunto Mato Grosso licenciado pela SEMMAM, do crime ambiental que lá ocorreu,
129 inclusive de aterramento do mangue e da precariedade da obra. Questionou quem fazia
130 a manutenção e fiscalização das ETE’s construídas nos condomínios novos e onde as
131 ETE’s põem seus resíduos. Falou sobre o comprometimento das áreas de recarga de
132 água. Por fim, afirmou que a SEMOSP não tem corpo para gerir a Política de
133 Saneamento Ambiental, portanto, também não tem como absorve-la. O conselheiro José
134 Marcelo (INCID), por ordem, usou da palavra para expor o que foi dito pela CAEMA em
135 sua apresentação; lembrou a pergunta que tinha feito a respeito das “projeções que
136 eles têm ou utilizam para fazer a criação da rede e da capacidade dessa rede e seu
137 dimensionamento”. Afirmou que a CAEMA colocou que eram “projeções populacionais”.
138 De maneira simultânea, a conselheira Ângela Maria (MDI) perguntou novamente quem
139 fazia a manutenção das ETE’s feitas pelos empreendimentos. O conselheiro José
140 Marcelo (INCID) falou que se a CAEMA aceita o projeto, ela quem faz a manutenção.
141 Concomitantemente, a conselheira Suely Gonçalves (STTUI-MA) memorou que a
142 CAEMA tem uma ação no Ministério Público onde a mesma afirma não ter capacidade
143 de portar determinados sistema de esgotamento. A conselheira Suely Gonçalves
144 (STTIU-MA) também perguntou “se o executor do projeto não seguia o que lá estava,
145 quem fiscalizava”. Seguidamente, o conselheiro Josuel Silvestre (ACIB) ratificou sua fala
146 anterior quando explicou como se davam os problemas dos “esgotos estourados”, e

147 disse que os empreendimentos que optam em construir seu próprio sistema de
148 esgotamento deveriam investir no seu próprio sistema e na ampliação do sistema da
149 CAEMA, já que a mesma não tem capacidade de comportar os resíduos provenientes
150 desse novo sistema do empreendimento. O conselheiro José Marcelo (INCID) retomou
151 a palavra e disse que, o que de fato ele queria frisar era a questão do desenvolvimento
152 natural da cidade e da resposta que a CAEMA deu. Pontuou que existe uma previsão
153 computacional e encima disso é que a CAEMA fazia o cálculo de expansão de rede e da
154 capacidade. O outro ponto diz respeito ao que a CAEMA deixou de responder: “uma
155 coisa é o número de população e outra é onde a mesma está no território; e isso está
156 ligado a Lei de Zoneamento”. O conselheiro José Marcelo (INCID) falou que as
157 estatísticas dizem que a população irá aumentar, mas que quando se verticaliza uma
158 área e novos empreendimentos começam a surgir, é muito relativo falar que isso
159 acrescenta população a cidade, pois a população não vem junto com o
160 empreendimento, a população já está na cidade. Posteriormente, a conselheira Suely
161 Gonçalves (STTIU-MA) fez a observação que a prefeitura via a cidade de uma forma, e
162 a concessionária, de um serviço determinante para a cidade, fazia por conta própria.
163 Afirmou novamente que o papel da CAEMA não era planejar. Logo em seguida, o
164 presidente Gustavo Marques (SEMPE) exemplificou uma situação prática, na qual uma
165 obra de interesse administrativo, na Praia Grande, onde hoje é a Secretaria Municipal de
166 Administração, encontra-se com problemas, pois naquela área há oscilação de energia.
167 Citou que a UEMA - Universidade Estadual do Maranhão, também não pode fazer
168 climatização de suas dependências por conta da fragilidade do serviço de energia.
169 Falou acreditar que o planejamento deve ter uma associação da seguinte forma: “a
170 cidade tem demandas e os órgãos que atuam na área de infraestrutura precisam
171 acompanhar essas demandas”. Também que: “a cidade precisa ver a capacidade de
172 atendimento das empresas que atuam com infraestrutura, mas, por outro lado, essas
173 empresas também precisam se planejar para fazer investimentos capazes de atender a
174 realidade da cidade”. O presidente Gustavo Marques (SEMPE) também afirmou que o
175 mais conveniente seria os índices de expansão populacional ser compatibilizados entre
176 os órgãos. Em seguida, o conselheiro José Diniz (MLMN) teve a conclusão que os
177 esgotos da Praia Grande são jogados no mar; já que foi frisado durante a reunião que a

178 CAEMA não tem condições de atender diversos bairros, e enfatizou a importância de se
179 ter um planejamento para a cidade. A conselheira Ângela Maria, após fala do
180 conselheiro José Diniz (MLMN), declarou preocupação com a falta de planejamento da
181 prefeitura, pois “pelo o que estava sendo posto nas reuniões, conclui-se que não há
182 integração entre as secretarias”. Falou que a discussão é importante até para eleição de
183 prefeito e quem irá representar a população na Câmara Municipal. Abordou sobre a falta
184 de segurança e o esvaziamento de determinados bairros perante essa falta de
185 segurança; citou como exemplos os bairros Monte Castelo e Recanto do Vinhais.
186 Afirmou que não poderia se discutir a questão do aumento do gabarito da cidade sem
187 discutir a questão do saneamento, e que como não há planejamento e integração entre
188 as secretarias, não há também nenhum plano de ação. Logo, a conselheira Ângela
189 Maria (MDI) também questionou “qual era a proposta que o poder público municipal
190 tinha, em termo de investimento, para resolver os problemas; como vai se capitar
191 recursos em cima disso; quais são os projetos que a prefeitura tem para resolver esses
192 problemas?”. Por último, alegou que a prefeitura não tem condição de realizar essa
193 política e que está claro que a SEMOSP não entende de saneamento, somente de
194 drenagem, além de não ter corpo técnico para realizar a política de saneamento
195 ambiental. Posteriormente, o conselheiro Cleuson Alves (STTR) falou de conjuntos
196 próximos que não são atendidos pela CAEMA e que a preocupação de todos era quem
197 iria assumir a responsabilidade com relação ao esgotamento sanitário. Citou o caso de
198 um conjunto no bairro Tajaçuaba, onde o esgoto iria ser jogado no mangue do
199 Tajaçuaba, porém a comunidade se manifestou retirando a encanação. Citou também o
200 Residencial São Jerônimo e, junto a esses exemplos, sua preocupação com o
201 saneamento da cidade. Finalizando a fala do conselheiro Cleuson Alves (STTR), o
202 presidente Gustavo Marques pautou que na próxima reunião haveria a apresentação do
203 plano de saneamento e, no caso de responsabilidades, o conselho poderia fazer
204 encaminhamentos, direcionar pleitos ou orientações, mediante aprovação do pleno.
205 Logo depois, passou a palavra para a conselheira Érica Garreto (INCID) dar
206 continuidade a leitura da proposta da prefeitura e a mesma fez o solicitado. Ao final da
207 leitura, a conselheira Ângela Maria (MDI) questionou o artigo 99, inciso quarto -“dos
208 processos de instalações industriais”, reforçou o questionamento “se realmente é

209 responsabilidade do poder público municipal os processos de instalações industriais”,
 210 porque, eles teriam que ter um aterro próprio, dependendo do porte da indústria; e
 211 solicitou que a conselheira Érica Garreto (INCID) pusesse um destaque de dúvida nesse
 212 inciso para a próxima reunião. Em seguida, a conselheira Suely Gonçalves (STTIU-MA)
 213 solicitou voltar ao encaminhamento, onde seria feito somente a leitura da proposta da
 214 prefeitura para a Política de Saneamento Ambiental, o envio da mesma e que na
 215 próxima reunião se iniciasse com a apresentação do Plano Municipal de Saneamento,
 216 da política e discussão de ambas. Solicitou que a proposta da prefeitura fosse enviada
 217 brevemente para todos os conselheiros. E às 18:00 horas o presidente Gustavo
 218 Marques (SEMPE) deu por encerrada a sessão e eu, Ana Carolina Vale Porto Pereira,
 219 lavrei a presente ata que, se aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais
 220 Conselheiros.

PODER PÚBLICO EXECUTIVO MUNICIPAL

ENTIDADE	SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS ESPECIAIS - SEMPE	ASSINATURA
TITULAR	Nome: Gustavo Martins Marques Telefone: 98819-8273 e-mail: gustavo@gmarques.com.br	Presente
SUPLENTE	Nome: Eloina Maria Moura Reis Telefone: 98161-8989 e-mail: eloinareis@yahoo.com.br	Presente
ENTIDADE	SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E HABITAÇÃO - SEMURH	ASSINATURA
TITULAR	Nome: Madison Leonardo Andrade Silva Telefone: 99217-7731 e-mail: madisonleonardo@gmail.com	Ausente
SUPLENTE	Nome: Jucicleide Silva Santos Telefone: 8773-7806 e-mail: jucyarg@gmail.com	Presente
ENTIDADE	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE - SMTT	ASSINATURA
TITULAR	Nome: Paulo Henrique Fernandes Rodrigues Telefone: 98711-7519 e-mail: paulo_rodrigues.slz@hotmail.com	Ausente
SUPLENTE	Nome: Rodrigo Boncewicz da Fonseca Telefone: 98198-1817 e-mail: rodrigofonseca78@hotmail.com	Presente
ENTIDADE	INSTITUTO DA CIDADE, PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E RURAL - INCID	ASSINATURA
TITULAR	Nome: José Marcelo Espírito Santo Telefone: 98198-1818 e-mail: jmesanto@hotmail.com	Presente
SUPLENTE	Nome: Érica Garreto Ramos Telefone: 98893-0578 e-mail: ericagarreto@yahoo.com.br	Presente
ENTIDADE	INSTITUTO MUNICIPAL DE PAISAGEM URBANA - IMPUR	ASSINATURA
TITULAR	Nome: Luiz Carlos Braga Borralho Júnior Telefone: 98818-1995 e-mail: luizborralho@gmail.com	Ausente
SUPLENTE	Nome: Luciana Arantes Teixeira Telefone: 98894-5702 e-mail: luka_arantes@hotmail.com	Presente

ENTIDADE	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ	ASSINATURA
TITULAR	Nome: Lílian Lúcia Porto Telefone: 98835-7774 e-mail: lilianporto@live.com	Presente
SUPLENTE	Nome: Délcio Rodrigues e Silva Neto Telefone: 99170-0470 e-mail: delcio@semfaz.saoluis.ma.gov.br	Ausente
ENTIDADE	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMMAM	ASSINATURA
TITULAR	Nome: Maria de Lourdes Maluda Cavalcante Fialho Telefone: 98413-8535 e-mail: maludafialho@hotmail.com	Ausente
SUPLENTE	Nome: Wellintânia Freitas dos Anjos Telefone: 98831-6578 e-mail: welanjo@hotmail.com	Presente
ENTIDADE	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO – SEPLAN	ASSINATURA
TITULAR	Nome: Lourenço Conrado Costa Telefone: 9920-74029 e-mail: costacon58@hotmail.com	Presente
SUPLENTE	Nome: Octávio Augusto Gomes Figueiredo Soares Telefone: 98145-2262 e-mail: octavioaugusto@saoluis.ma.gov.br /soares.octavio@gmail.com	Ausente

PODER PÚBLICO LEGISLATIVO MUNICIPAL

ENTIDADE	CÂMARA DE VEREADORES	ASSINATURA
TITULAR	Nome: Itamilsom Pereira Corrêa Lima Telefone: e-mail: itamilsom21@hotmail.com	Ausente
SUPLENTE	Nome: Itamargarethe da Conceição Pereira Corrêa Lima Telefone: e-mail:	Ausente
TITULAR	Nome: Paulo Helder Oliveira Telefone: 98413-1521 e-mail: paulohelder@oi.com.br	Ausente
SUPLENTE	Nome: Eliana Bezerra Rodrigues Telefone: 99180-7800 e-mail: eliana.r.bezerra@hotmail.com	Ausente

PODER PÚBLICO EXECUTIVO ESTADUAL

ENTIDADE	Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano – SECID	ASSINATURA
TITULAR	Nome: Jorge Carlos Araújo de Araújo Telefone: 98119-5858 e-mail: jorgecarlosaa@hotmail.com	Presente
SUPLENTE	Nome: Yata Anderson Gonzaga Masullo Telefone: 98863-1761 e-mail: yanderson3@hotmail.com	Ausente

PODER PÚBLICO LEGISLATIVO ESTADUAL

ENTIDADE	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO	ASSINATURA
TITULAR	Nome: Arthur Baldez Silva Telefone: 98848-1806 e-mail: arthur_baldez@hotmail.com	Ausente
SUPLENTE	Nome: Tarcísio Almeida Araújo Telefone: 98127-9128 e-mail: tarcisioaraujo@yahoo.com.br	Ausente

MOVIMENTOS SOCIAIS E POPULARES

ENTIDADE	UNIÃO ESTADUAL POR MORADIA POPULAR - UEMP	ASSINATURA
TITULAR	Nome: Janete Araújo Amorim Telefone: 98405-2357 e-mail: araujoamorim50@gmail.com / uniaopormoradia@hotmail.com	Presente
SUPLENTE	Nome: Benedito de Jesus Santos (Comitê em Defesa da Reconstrução do Rio das Bicas e da bacia do Bacanga) Telefone: 98918-0543 e-mail: beneditojsantos@bol.com.br	Ausente
ENTIDADE	CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES – CMP	ASSINATURA
TITULAR	Nome: Elias Pereira dos Santos Filho Telefone: 98717-2192/3082-2114 e-mail: eliaspt13@yahoo.com.br	Ausente
SUPLENTE	Nome: Telefone: (Fórum Maranhense da Pessoa com Deficiência) e-mail: SEM INDICAÇÃO	Ausente
ENTIDADE	MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA POR MORADIA - MNLM	ASSINATURA
TITULAR	Nome: José Francisco Diniz Telefone: 99188-9474/98713-7036 e-mail: josediniz365@gmail.com	Presente
SUPLENTE	Nome: Hellyson Layo de Jesus Bulhão (Residência 05) Telefone: 987480401 / 991411121 e-mail: layobulhao@yahoo.com	Ausente
ENTIDADE	MOVIMENTO DE DEFESA DA ILHA - MDI	ASSINATURA
TITULAR	Nome: Ângela Maria Ferreira de Medeiros Telefone: 98866-7509 e-mail: angelaferreira@ifma.edu.br	Presente
SUPLENTE	Nome: Maria das Neves Pereira de Araújo (U. de Moradores da Vila Sarney) Telefone: 98859-0166 e-mail: nevinha1965@gmail.com	Ausente
ENTIDADE	COMISSÃO NACIONAL DE FORTALECIMENTO DAS RESERVAS DO EXTRATIVISMO COSTEIRO DO MARANHÃO – COFREM	ASSINATURA
TITULAR	Nome: Alberto Cantanhede Lopes (Beto) Telefone: 98109-8665/98444-9240 e-mail: betodotaim@gmail.com	Ausente
SUPLENTE	Nome: Telefone: Comissão Pastoral da Terra e-mail: participação anulada pela Comissão Preparatória 6ª Conf.	Ausente
ENTIDADE	UNIÃO DE MORADORES DE PROTEÇÃO DE JESUS DO CAJUEIRO	ASSINATURA
TITULAR	Nome: Davi de Jesus Sá Telefone: 99165-7708 e-mail: sem e-mail	Ausente
SUPLENTE	Nome: Clóvis Amorim da Silva (Mov. de Pescadores e Pescadoras) Telefone: 98116-4013/99911-9938 e-mail: clovismpp@live.com	Ausente
ENTIDADE	FEDERAÇÃO DE ENTIDADES CUMUNITÁRIAS RURAIS – FECRUS	ASSINATURA
TITULAR	Nome: Josefa Celestina de Jesus Telefone: 98895-1954 e-mail: pretajosefa@hotmail.com	Ausente
SUPLENTE	Nome: Joberval Carvalho Bertoldo (IDHPA) Telefone: 99902-4266 e-mail: jobervalb@ig.com.br	Ausente
ENTIDADE	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ITAQUI BACANGA - ACIB	ASSINATURA
TITULAR	Nome: Josuel Silvestre Silva Telefone: 99891-5580 e-mail: jota-silvestre@hotmail.com	Presente
SUPLENTE	Nome: Telefone: FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES DA ZONA RURAL - FEZOR e-mail: SEM INDICAÇÃO	Ausente

TRABALHADORES

ENTIDADE	ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DA UFMA - APRUMA	ASSINATURA
TITULAR	Nome: <i>Élio de Jesus Pantoja Alves</i> Telefone: 98128-6171 e-mail: elio@ufma.br	Ausente
SUPLENTE	Nome: <i>Luíz Henrique Pereira da Silva (FETHEMAPI)</i> Telefone: 99244-6960/98197-0499 e-mail: luiz.sechs@uol.com.br	Ausente
ENTIDADE	SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS URBANAS DO ESTADO DO MARANHÃO-STIU (MA)	ASSINATURA
TITULAR	Nome: <i>Suely Gonçalves da Conceição</i> Telefone: 99976-3298 e-mail: suelydaconceicao@hotmail.com	Presente
SUPLENTE	Nome: <i>Saulo Costa Arcangeli (CSP CONLUTAS)</i> Telefone: 98829-9481/98847-4701 e-mail: Arcangeli.saulo@gmail.com	Ausente
ENTIDADE	SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE SÃO LUÍS -STTR	ASSINATURA
TITULAR	Nome: <i>Cleuson Alves da Silva</i> Telefone: 99169-2492 e-mail: sttrslma@hotmail.com	Presente
SUPLENTE	Nome: <i>Iraelson Ferreira (SINDIMETAL)</i> Telefone: 98114-7385 e-mail: iraelson65icatu@hotmail.com	Ausente

EMPRESÁRIOS

ENTIDADE	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO MARANHÃO - FIEMA	ASSINATURA
TITULAR	Nome: <i>Celso Gonçalo de Sousa</i> Telefone: 8408-5906 e-mail: engec85@yahoo.com.br	Ausente
SUPLENTE	Nome: <i>Lucas Aragão Santos</i> Telefone: 98112-8684 e-mail: lucas.santos@alcoa.com.br	Presente
ENTIDADE	SINDUSCON	ASSINATURA
TITULAR	Nome: <i>Hermes da Fonseca Neto</i> Telefone: 99972-4540 e-mail: hermes@elointernet.com.br	Ausente
SUPLENTE	Nome: <i>Leticia Duarte Nunes</i> Telefone: 99119-3155 e-mail: leticia@sinduscon-ma.com.br	Presente
ENTIDADE	ADEMI	ASSINATURA
TITULAR	Nome: <i>Alexandre Benevides Berzaghi</i> Telefone: 98402-7476 e-mail: alexandreberzaghi@gmail.com	Ausente
SUPLENTE	Nome: <i>Fernandes Cavalcante</i> Telefone: 98123-2526 e-mail: afernandescjr@uol.com.br	Presente

ENTIDADES PROFISSIONAIS, ACADÊMICAS, DE PESQUISA E CONSELHOS REGIONAIS

ENTIDADE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA	ASSINATURA
TITULAR	Nome: <i>Horácio Antunes de Santana Júnior</i> Telefone: 99870-5990 e-mail: horacioantunes@uol.com.br	Presente
SUPLENTE	Nome: <i>Jussara Martins Nogueira (UEMA)</i> Telefone: 98112-6604 e-mail: Jussara@deurb.com.br	Ausente

ENTIDADE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA-IFMA	ASSINATURA
TITULAR	Nome: Tito Carvalho Tsuji Telefone: 99137-9874 e-mail: tito@ifma.edu.br	Presente
SUPLENTE	Nome: Carla de Azevedo Veras (IAB) Telefone: 98849-4214 e-mail: carlaveras@hotmail.com	Ausente
ENTIDADE	CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO MARANHÃO - CAU (MA)	ASSINATURA
TITULAR	Nome: Marcelo Machado Rodrigues Telefone: 98873-8370 e-mail: marcelocmn01@hotmail.com	Ausente
SUPLENTE	Nome: Lorena Saboya Vieira Soares Telefone: 991778861 e-mail: lornasaboia@gmail.com	Ausente

ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS – ONGs

ENTIDADE	ONG MORADIA E CIDADANIA	ASSINATURA
TITULAR	Nome: Donatília de Fátima Guedes Telefone: 98101-6573 e-mail: donatiliadefatima@gmail.com	Ausente
SUPLENTE	Nome: Maria Neuma Nascimento Souza (Comitê Ação e Cidadania) Telefone: 98877-9509 e-mail: neumasz@hotmail.com	Ausente
ENTIDADE	OBSERVADORES	ASSINATURA
FUMPH	Nome: José Aquiles Andrade Telefone: 98818-1228 e-mail: aquilesandrade.fumph@gmail.com	Ausente
SEMOSP	Nome: Dila Fonseca de Lima Campos Telefone: 981692417 e-mail: prefeiturasemosp.suob@gmail.com	Presente
SEMAPA	Nome: Dila Fonseca de Lima Campos Telefone: 98126-8276 e-mail: dilafonsecalima@gmail.com	Ausente
PGM	Nome: Viviane Gomes de Brito Telefone: 98113-2112 e-mail: vivibrito@yahoo.com.br	Ausente